



Anais da Assembléia

Nº 181

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT - 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB - 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Joelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB - 10: Durval Amaral - Cleiton Kleise - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB - 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB - 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL - 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT - 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 113ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 1996.**

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zarusso, Beto Richa, Caltó Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duffio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Irandi Pugliesi, João Preis, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Milton Puppio, Nelson Turck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 496/96, do Senhor Arlindo Porto, Ministro da Agricultura e do Abastecimento, comunicando convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e do Abastecimento e a Associação Brasileira de Milho e Sorgo, com o objetivo de realizar o XXI Congresso Nacional de Milho e Sorgo em Londrina/Paraná, num valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº 498/96, do Sr. Arlindo Porto, Ministro da Agricultura e do Abastecimento, comunicando convênio celebrado entre o Ministério e a Sociedade Rural de Maringá, com o objetivo de criar condições para que os associados/agropecuaristas possam desenvolver novas tecnologias no que se refere a inseminação artificial e transferência de embriões, num valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº 504/96, do Senhor Arlindo Porto, Ministro da Agricultura e do Abastecimento, comunicando convênio celebrado entre o Ministério e a Associação Mista Agropecuária de Barbosa Ferraz, com o objetivo de criar condições para que os associados possam desenvolver tecnologias no que se refere a inseminação artificial e transferência de embriões, num valor de R\$ 25.000,00

(vinte e cinco mil reais). Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº 512/96, do Senhor Arlindo Porto, Ministro da Agricultura e do Abastecimento, comunicando convênio celebrado entre o Ministério e a Cooperativa Central Agropecuária de Desenvolvimento Tecnológico e Econômico Ltda., com o objetivo de promover transferência de novas tecnologias às cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná, num valor de R\$ 32.223,00 (trinta e dois mil, duzentos e vinte e três reais). Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº 4.721/96, do Senhor Artágão de Mattos Leão, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando Resolução nº 14.673/96-TC, que dispõe sobre a homologação pelo Tribunal, dos cálculos de participação municipal no produto da arrecadação do imposto sobre Circulação de Mercadorias. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº 9.290/96, do Senhor Fernando Alberto Freire, Gerente de Convênios da Fundação Nacional de Saúde, comunicando celebração de convênio entre a FNS e o Instituto de Saúde do Paraná. Ao Conhecimento da Casa.

Sob o nº CTL/SEEG/316/96, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado o Projeto de Lei nº:

446/96: Do Poder Executivo que, dispõe sobre o ICMS, com base no art. 155, inciso II, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 11.580. Anote-se - Arquite-se.

Sob o nº 238/96, do Senhor Nelson Justus, Secretário de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico, em resposta ao Pedido de Informação dos Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Geraldo Cartário, comunica que o mesmo foi encaminhado ao Secretário de Estado do Esporte e Turismo, em função da veiculação da Paraná Turismo com aquela Pasta. Ao Conhecimento dos Senhores Deputados interessados.

Sob o nº 339/96, do Senhor Lubomir Ficinski Dunin, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado Sérgio Spada, que pede esclarecimentos sobre "Liberação de recursos previstos nas Emendas Apostas ao Orçamento do Estado de 1996". Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1509

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 25.11.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1502

Senhor Presidente,

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 129, do Regimento Interno), REQUER após ouvido o Plenário, a desistência do Projeto de lei nº

056/96, com seu arquivamento.

Sala das Sessões, em 25.11.96.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A pretensão de propositura deste Projeto de Lei impossibilita a sua tramitação haja vista a inviabilidade, posto que o Título a ser concedido visa homenagear os grandes vultos brasileiros, mas sob a ótica do Paraná.

Inócua a concessão de um Título fornecido pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aos brasileiros que possivelmente tenham nascidos em outros estados da Federação, e não aos paranaenses. Por isso, o motivo da desistência do Projeto de Lei.

REQUERIMENTO Nº 1498

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Porto Vitória, pela passagem de seus 32 anos de Emancipação Política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal, Otávio José Scheid, ao vice-Prefeito, Sr. Francisco Xavier Kampmann, bem como a todos os Senhores Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Porto Vitória.

Sala das Sessões, em 25.11.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande júbilo que toda a população do Município de Porto Vitória estará comemorando festivamente, o 32º aniversário de sua emancipação política, no próximo dia 08 de dezembro.

Porto Vitória faz parte da bacia hidrográfica do Iguaçu. Após atravessar a serra da Boa Esperança, o Rio Iguaçu forma vales de ruptura (boqueirões) apresenta inúmeros saltos e cachoeiras.

Além do Rio Iguaçu, o Município é banhado pelo Rio Espingarda forma uma cachoeira de 18 metros de altura. A cachoeira fica dentro de um parque de mata ciliar, com área para camping e churrasqueiras. Portanto, é um dos saltos que podem atrair turistas àquela região. A indústria do turismo está surgindo como uma opção econômica.

A economia do município sobrevive basicamente da extração de madeira. A família Kampmann é a principal produtora de lenha e toras da cidade.

A agricultura de Porto Vitória vive basicamente do milho.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, homenageia, com esta Proposição, toda a população de Porto Vitória na certeza de que continuarão com a mesma garra o trabalho desenvolvido em prol do progresso do município.

REQUERIMENTO Nº 1503

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos voto de congratulações pelo transcurso, em 22 de novembro próximo passado, do 5º aniversário do Jornal "Gazeta do Paraná", de Cascavel, dando-se ciência deste requerimento ao Sr. José Marcos Fornighieri, Diretor Geral do referido periódico.

Sala das Sessões, em 25.11.96.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Inaugurada em 22 de novembro de 1991 e come-

çando a circular já no dia seguinte, a "Gazeta do Paraná", em apenas 5 anos, através de um jornalismo honesto e voltado para a defesa dos interesses do Estado, vem se projetando a nível estadual.

Veículo de informação objetivo, com ótima visualização, não deixa nada a dever face aos demais órgãos de imprensa escrita de circulação estadual, estando colocado entre os maiores jornais do Estado, em honroso 4º lugar.

Mantendo sucursal em Curitiba, a "Gazeta do Paraná" realiza cobertura ampla dos trabalhos desta Assembléia e da Câmara Municipal, prestando excelentes serviços de divulgação dos trabalhos legislativos à população.

REQUERIMENTO Nº 1510

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações a Fundação 31 de março, pela passagem de seus 20 anos de existência.

Ao longo de 20 anos a Fundação 31 de março, apresentou inúmeras realizações, visando sempre o bem e o atendimento a comunidade, principalmente dos mais carentes.

Sala das Sessões, em 25.11.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1511

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido votos de congratulações à Associação dos Funcionários e Amigos da Polícia Civil de Ponta Grossa, pelo incentivo que vem dando aos menores do tocante a prática de esportes.

A Associação criou há cerca de dois anos a Escolinha de Futebol Zukinho, que vem sendo um ponto de fundamental importância para menores carentes da cidade praticarem o esporte propriamente dito. A principal finalidade da escolinha, tirar o menor carente das ruas e incentivá-los cada vez mais para a prática esportiva.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência a Associação, em nome de seu Presidente João Almir Troyner, bem como de toda sua diretoria, ao professor da escolinha, Carlos Altair Lamoglia e aos demais funcionários que colaboram para o desenvolvimento do projeto.

Sala das Sessões, em 25.11.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1516

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja inserido na Ata deste Poder Legislativo voto de congratulações ao servidor Osni Tadeu de Oliveira, convidado pela Japan International Cooperation Agency para participar do Seminário Sobre Administração Governamental, que está sendo realizado em Tóquio, Japão.

Sala das Sessões, em 25.11.96.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Servidor público estadual, o Professor Osni Tadeu de Oliveira foi o único brasileiro selecionado para participar do Japan International Cooperation Agency para participar do Seminário Sobre Administração Governamental, que está sendo realizado em Tóquio, Japão.

Na ocasião, ele estará apresentando trabalho com informações sobre o nosso país: localização, dimensão,

população, regiões, principais capitais, produtos e os grandes problemas na administração pública.

O Estado do Paraná terá grande destaque devido ao conceito que desfruta no exterior, principalmente pelo volume de investimentos que o atual Governador realizou como ex-Prefeito de Curitiba.

Os projetos paranaenses levados ao Seminário tratam de: Sistema de Transporte em Curitiba; Lixo que não é Lixo; Faculdade do Professor; Costa Oeste; Vilas Rurais; A Cidade de Curitiba e o interior do Paraná.

Que o presente requerimento enseje os sinceros cumprimentos deste Poder ao homenageado, pelo esforço em promover o nosso Estado, formulando votos de contínuo êxito nas suas atividades.

REQUERIMENTO Nº 1500

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Ilmo. Sr. Aparecido Ferreira Rolim, MD, Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal, solicitando que a agência do Município de São Miguel do Iguazu não seja desativada.

Sala das Sessões, em 25.11.96.

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A informação de que a Agência da Caixa Econômica Federal do Município de São Miguel do Iguazu estaria para fechar tem deixado muito apreensiva a população daquela cidade, que tem o estabelecimento como sendo de suma importância para alavancar o crescimento econômico e apoio ao desenvolvimento social daquela comunidade.

A participação da CEF na vida daquela sociedade é fundamental e reconhecida por todos, cuja instituição oferece programas do maior alcance social, oferecendo benefícios como o financiamento da casa própria, linhas de crédito às microempresas, e inúmeros outros serviços, com seus funcionários sempre atendendo com agilidade, respeito e especial atenção ao público.

Dessa forma, gostaríamos que a direção da Caixa Econômica Federal, antes de tomar qualquer medida no sentido de decidir pela desativação daquela agência, proceda uma nova avaliação, uma vez que o seu fechamento prejudicará significativamente o município.

REQUERIMENTO Nº 1501

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de Ofício ao Ilmo. Sr. Sérgio Cutolo, Presidente da Caixa Econômica Federal, solicitando que a Agência do Município de São Miguel do Iguazu não seja desativada.

Sala das Sessões, em 25.11.96.

(a) SÂMIS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A informação de que a Agência da Caixa Econômica Federal do Município de São Miguel do Iguazu estaria para fechar tem deixado muito apreensiva a população daquela cidade, que tem o estabelecimento como sendo de suma importância para alavancar o crescimento econômico e apoio ao desenvolvimento social daquela comunidade.

A participação da CEF na vida daquela sociedade é fundamental e reconhecida por todos, cuja instituição oferece programas do maior alcance social, oferecendo benefícios como o financiamento da casa própria, linhas de crédito às microempresas, e inúmeros outros serviços, com seus funcionários sempre atendendo com agilidade, respeito e especial atenção ao público.

Dessa forma, gostaríamos que a direção da Caixa

Econômica Federal, antes de tomar qualquer medida no sentido de decidir pela desativação daquela agência, proceda uma nova avaliação, uma vez que o seu fechamento prejudicará significativamente o município.

REQUERIMENTO Nº 1499

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Dr. João Alberto Sautchuk, Engenheiro Chefe do 9º Distrito Rodoviário Nacional (DNER), no sentido de determinar estudos para a colocação de lombada ou redutor de velocidade na BR-277, na altura do Km 191, em frente a estrada para Papagaios Novos de um lado e da entrada para Pinheiral de Baixo e Paiol do Fundo do outro lado, onde existe também uma Escola da Colônia Maciel, no Município de Palmeira.

Sala das Sessões, em 25.11.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A colocação de lombadas ou redutores de velocidade com sinalização vertical e/ou horizontal, na altura do Km 191 da BR-277 no Município de Palmeira, servirá para prevenir e talvez eliminar acidentes naquele ponto de grande fluxo rodoviário.

Lideranças políticas e a sociedade representativa da região, estão apreensivos com tal situação que, na verdade tem gerado pânico.

Mencionamos com clareza o ponto exato onde a população teme por acidentes mais graves, ou seja: exatamente na altura do Km 191 da BR-277 no Município de Palmeira, ao lado direito, entrada para Papagaios Novos e ao lado esquerdo para Pinheiral de Baixo e Paiol do Fundo. Além de permanente passagem de pedestres e viaturas existe também com maior perigo a passagem para os alunos de uma escola ali existente.

É necessário que se façam estas colocações para justificar claramente este pedido que não é nosso mas, de toda a sociedade produtiva da região.

REQUERIMENTO Nº 1504

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, que sejam enviados expedientes ao Presidente do BANESTADO, Domingos Tarço Murta Ramalho, Rua Máximo João Kopp, 274, para Delegado da Receita Estadual, João Moacir Gionedis, Rua Lourenço Pinto, 50 e ao Presidente da Câmara Municipal de Campo Mourão, Valdemar Iba, Rua Francisco Albuquerque, 860 CEP: 87.301-130, informando reivindicação, onde solicitamos a reinstalação no Município de Campo Mourão, da Regional do BANESTADO e Regional da Receita Estadual.

Sala das Sessões, em 25.11.96.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição fundamenta-se nos justos reclamos de todo o empresariado da Microrregião 12, que congrega 24 municípios da Região de Campo Mourão.

O potencial econômico da Microrregião 12 é incontestável e justifica, por si só, a imediata reinstalação da Regional do BANESTADO e Regional da Receita Estadual, diante disso, conclamo o aval dos nobres Pares para a aprovação e posterior atendimento do justo pleito.

REQUERIMENTO Nº 1506

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto

Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de proceder a troca de 04 (quatro) lâmpadas na Rua Joaquim Nabuco, no Bairro Buenos Aires. À noite a escuridão é total, deixando a população muito apreensiva quanto aos assaltos e outros acontecimentos que possam vir a ocorrer.

Sala das Sessões, em 25.11.96.
(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1507

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de falta de água que vem ocorrendo constantemente no Bairro da Porteira, no Município de Colombo.

O pedido está sendo feito pelos moradores do local, tendo em vista que esse problema vem atrapalhando muito a vida de todos e que necessita de uma solução o mais breve possível.

Sala das Sessões, em 25.11.96.
(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1508

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no Bairro Novo Mundo, proximidades da Rua João de Paula Cordeiro, tendo em vista os inúmeros assaltos que vêm ocorrendo e que estão deixando todos os moradores muito apreensivos.

Outro problema que vem assustando a população é o uso de drogas no bairro, motivo pelo qual o policiamento está sendo solicitado, a fim de oferecer segurança para a população e evitar acontecimentos mais graves.

Sala das Sessões, em 25.11.96.
(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1512

Senhor Presidente,

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado de Segurança Pública, Cândido Martins de Oliveira, solicitando a implantação imediata do SIATE em Ponta Grossa.

No primeiro semestre deste ano foi firmado um convênio entre a Prefeitura Municipal, a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Segurança Pública, visando a implantação do sistema em Ponta Grossa. A Prefeitura já cumpriu o que lhe coube no convênio, ou seja, adequou o local para instalação da central de operações e treinou e capacitou 30 bombeiros socorristas e médicos. O que é solicitado neste momento, é que as outras duas partes integrantes do Convênio realizem as operações necessárias para que o SIATE possa vir funcionar o mais rápido possível naquele município.

O SIATE faz falta numa cidade com o porte de Ponta Grossa, visto que tem mais de 250.000 habitantes, e é considerada um pólo regional. Além de beneficiar o município sede, o SIATE poderá auxiliar no atendimento aos distritos, bem como as cidades bem próximas.

Sala das Sessões, em 25.11.96.
(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1513

Senhor Presidente,

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário do Meio Ambiente, Hitoschi Nakamura, solicitado a possibilidade da realização de uma Campanha de Divulgação do fato de que o IAP irá assumir as funções hoje exercidas pelo IBAMA.

A partir de 1º de janeiro o Instituto Ambiental do Paraná assume definitivamente o controle da extração e manipulação de produtos florestais. Devido a ocorrência deste fato é que solicita-se a criação da referida campanha para informar a população, principalmente as pessoas ligadas ao setor, e os motivos porque isto ocorrerá, além dos benefícios que trará ao Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 25.10.96.
(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1514

Senhor Presidente,

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governador Jaime Lerner e ao Secretário da Fazenda Miguel Salomão, solicitando a possibilidade de parcelar a cobrança do ICMS dos lojistas do Paraná, neste final de ano.

Devido ao fato do grande aumento no número de vendas no período natalino, muitos lojistas visando aumentar seus movimentos, parcelam as vendas ao consumidor, por este fato é que solicita-se do Governo do Estado, o parcelamento do ICMS dos referidos lojistas.

Sala das Sessões, em 25.11.96.
(a) LUIZ CARLOS ZUK

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 511/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a efetivar a doação à Prefeitura Municipal de Palmeira, de uma Pá Carregadeira Michigan 55 C, articulada, série 4247 E/163 BRC - motor à Diesel, ano de fabricação 1986.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.11.96.
(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Pá Carregadeira Michigan 55 C, articulada, série 4247 E/163 BRC - motor à Diesel, ano de fabricação 1986, objeto deste Projeto de Lei, foi cedida, em comodato, à Prefeitura Municipal de Palmeira em 1986, cuja máquina faz parte do maquinário rodoviário, sendo usada intensamente, sendo hoje, indispensável para o Município de Palmeira.

A grave crise financeira por que passam os municípios, e, Palmeira não foge à regra, elimina qualquer possibilidade de aquisição de equipamentos desse porte.

Diante dessa situação, o Estado estaria prestando uma grande ajuda fazendo a transferência definitiva, tornando de direito uma situação que se reveste da precariedade com o comodato.

Suprindo pura e simplesmente o comodato, as pequenas prefeituras, como é o caso de Palmeira, ver-se-ão sem as condições mínimas de continuarem atendendo suas necessidades básicas, a partir do momento que devolverem seus bens comodatados.

A manutenção do comodato, garantirá ao Estado,

apenas o aumento de maquinários sucateados, na maioria das vezes inservíveis.

A doação definitiva, virá como estímulo para a manutenção cuidadosa e conseqüente conservação dessa máquina como vem procedendo a Prefeitura Municipal de Palmeira.

PROJETO DE LEI Nº 512/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, a efetivar a doação ao Município de Quatro Barras de um caminhão basculante marca Volkswagen, modelo 1313, chassis VO 29454, placa BO 5859, ano de fabricação 1986.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.11.96.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O caminhão objeto do presente projeto de lei, foi cedido em comodato pelo Governo do Estado do Paraná, através do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem ao Município de Quatro Barras. Desde então tem sido utilizado de forma intensiva sendo hoje indispensável àquele município.

A grave crise financeira por que passam os municípios, e Quatro Barras não é exceção, elimina qualquer possibilidade de aquisição de equipamento deste porte.

Diante desta situação, o Estado estaria prestando uma grande ajuda, efetivando a transferência definitiva, tomando de direito uma situação que se reveste de precariedade com o comodato.

PROJETO DE LEI Nº 513/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Filantrópica Luz, com sede e foro na Cidade de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 25.11.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Filantrópica Luz, foi fundada em 15 de julho de 1994, em São Jerônimo da Serra, com a principal finalidade de prestar assistência educacional aos menores carentes, obedecendo o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Se fez necessário a criação da Sociedade pelo motivo de prestar atendimento mais preciso e adequado às crianças, pois já existia um projeto no município, intitulado "Projeto Luz", onde atendia um grupo de adolescentes do sexo masculino.

Preocupados com o quadro que o Município apresentava na questão da criança, inserida nas famílias de baixa-renda, as quais não freqüentavam a escola, evadiam constantemente, permaneciam pelas ruas perambulando e se marginalizando, um grupo de voluntários ligados a Pastorais, entidades sociais, professores e o Clero, reuniram-se durante três meses para discutir essa situação e propor alternativas na área educacional, levando em consideração o artigo 205, Capítulo III da Constituição Federal de 1988, surgiu então um Projeto: Escola Alternativa para filhos de bôias-frias e famílias carentes, em busca de uma Educação Popular Produtiva. Com esta proposta a Diretoria da Sociedade Filantrópica

Luz com o apoio da Diretoria da Sociedade Filantrópica Humanistas, realizaram contato com a Secretaria de Estado da Educação e viabilizaram um trabalho em parceria, através do Projeto "Da Rua Para Escola".

A Sociedade de voluntários e funcionários realizam um trabalho em favor das crianças e adolescentes excluídos, proporcionalizando a estes oportunidades de desenvolver suas potencialidades e mostrar à sociedade e a si mesmo que são possuidores de grandes capacidades.

PROJETO DE LEI Nº 514/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar o Batalhão Metropolitano de Polícia Militar, tendo como sede a Cidade de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.11.96.

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

A criação do Batalhão Metropolitano de Polícia Militar, constitui antiga reivindicação da população de Maringá e Região.

O Noroeste do Paraná, que tem Maringá como Município Pólo Microrregional, é uma das regiões melhor desenvolvidas do Estado. As cidades, de um modo geral, contam com uma infraestrutura capaz de atender satisfatoriamente suas populações.

No que diz respeito à segurança pública, o 4º Batalhão da Polícia Militar em Maringá já não mais atende as necessidades da população. O 4º BPM exerce suas atividades numa extensa área territorial. Seu efetivo policial se encontra defasado, sendo insuficiente para atender os problemas da região.

Pondere-se, além dessa constatação, que a região de Maringá, é um entroncamento que serve de acesso para praticamente todas as demais regiões do Estado e para os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, e ainda, ponto de fundamental referência com a implantação do MERCOSUL.

Os esforços dispendidos no combate à criminalidade, em face da estrutura policial existente, produzem resultados paliativos. Atua-se, por assim dizer, sobre os efeitos e, por falta de condições - como excesso de trabalho, efetivo defasado, estrutura inapropriada - relega-se a causa.

Estes fatores representam uma valiosa oportunidade para reflexão sobre a política de segurança no Paraná, demonstrando a necessidade inadiável de investimentos sólidos e bem dirigidos, que possibilitem um programa consistente de reestruturação no setor, adequando às atuais exigências da comunidade, especialmente em nossa região.

Cumpra advertir, e isso não é segredo para ninguém, que a Sociedade vive em estado de permanente perplexidade, pânico e indignação, diante da criminalidade e a sofisticação de seus métodos, em contraste com a também crescente obsolescência dos mecanismos do poder público para combatê-la.

Ao Poder Executivo compete coordenar os esforços de planejar e distribuir os recursos de forma racionalizada, bem como, elaborar um programa amplo que indique, com maior clareza possível, as responsabilidades e papel que deve ser desempenhado pelo Estado.

A política de controle da criminalidade, de âmbito estadual, requer, conforme anota Jorge da Silva, um valioso estudo denominado "Controle da Criminalidade e Segurança Pública na Nova Ordem Constitucional" al-

guns pontos de grande relevância.

- Alocação de recursos humanos e materiais adequados e suficientes à disposição dos órgãos de controle da criminalidade;
- instrumentalização material e humana das polícias civil e militar;
- investimentos na melhor qualificação dos policiais;
- definição de estratégias de controle que compatibilizem as necessidades de imposição de ordem pelo Poder Público e as necessidades de respeitar a liberdade do cidadão.

É preciso, portanto, investir em planejamentos novos.

Com efeito, dados estatísticos estão a indicar a urgente revisão do planejamento de segurança pública na área afeta ao 4º BPM, sediado na Cidade de Maringá, que deve levar basicamente o seguinte:

- redistribuição na área de ação do Batalhão;
- redimensionamento das suas atribuições;
- o emprego mais concentrado de suas tropas, ganhando-se em racionalidade e eficiência. Ganha-se segurança.

Pela importância da proposta para a região noroeste do Estado, encareceremos aos Nobres Pares o apoio e conseqüente aprovação do Projeto.

PROJETO DE LEI Nº 515/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar o equipamento 3CF-15344, marca Caterpillar, à Prefeitura do Município de Piraí do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.11.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa pretende doar ao Município de Piraí do Sul equipamentos e veículo já descritos pertencentes ao Governo do Estado, lotados no DER, proporcionando condições de melhoria nos serviços públicos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 516/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a criar o "Batalhão de Eventos da Polícia Militar", em Curitiba e a "Companhia de Eventos da Polícia Militar" nas cidades sede dos Batalhões da Polícia Militar, no interior do Estado do Paraná.

Art. 2º - Tanto o "Batalhão de Eventos da Polícia Militar" quanto a "Companhia de Eventos da Polícia Militar" terão por finalidade a fiscalização e serviços diversos de policiamento preventivo e ostensivo em ambientes fechados, áreas isoladas abertas ou não, em shows artísticos, partidas de futebol, rodeios, carnaval ou qualquer outro evento onde a organização visar lucro.

Art. 3º - Do trabalho prestado pelo "Batalhão de Eventos da Polícia Militar" e pela "Companhia de Eventos da Polícia Militar" será cobrada na taxa no valor de 20 FCA/PR por policial designado, para 6 horas de atuação.

Parágrafo Único - Após o término desse horário, para cada 1 hora extra, será cobrado um adicional de 20%.

Art. 4º - De todo o evento público, sem fins lucrativos, não será cobrada taxa.

Art. 5º - Todo o dinheiro arrecadado durante a atuação do "Batalhão de Eventos da Polícia Militar" e da "Companhia de Eventos da Polícia Militar" será destinado para a compra de equipamentos, e combustível para os veículos dos Batalhões ao qual pertencem, respectivamente.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.11.96.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

São inúmeros e cada vez mais crescentes os eventos públicos realizados em todo Estado do Paraná, em que o objetivo maior da organização é o lucro.

Em todos esses eventos a Polícia Militar sempre está presente com seus homens, em grande número trabalhando em horários extraordinários, sem qualquer tipo de remuneração correspondente.

A criação do "Batalhão de Eventos da Polícia Militar" em Curitiba (sede do 12º e 13º Batalhão da PM) e das "Companhias de Eventos da Polícia Militar" nas cidades de Ponta Grossa (sede do 1º BPM), Jacarezinho (sede do 2º BPM), Pato Branco (sede do 3º BPM), Maringá (sede do 4º BPM), Londrina (sede do 5º BPM), Cascavel (sede do 6º BPM), Cruzeiro do Oeste (sede do 7º BPM), Paranaval (sede do 8º BPM), Paranaguá (sede do 9º BPM), Apucarana (sede do 10º BPM), Campo Mourão (sede do 11º BPM), Foz do Iguaçu (sede do 14º BPM), Rolândia (sede do 15º BPM), Guarapuava (sede do 16º BPM), São José dos Pinhais (sede do 17º BPM) e Cornélio Procopio (sede do 18º BPM), auxiliará à instituição da Polícia Militar do Paraná, na compra de equipamentos e combustível para os veículos dos Batalhões, indispensáveis à manutenção do serviço de Segurança Pública do Estado.

A fiscalização e os serviços diversos de policiamento preventivo e ostensivo em todo evento público, sem fins lucrativos, não acarretará pagamento de taxas.

PROJETO DE LEI Nº 517/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo doar ao Município de Inácio Martins uma máquina patrula Caterpillar, matrícula nº 15683 - 20 B - 3MN, de propriedade do Governo do Estado.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.11.96

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa pretende doar ao Município de Inácio Martins uma máquina patrula Caterpillar, pertencente ao Governo do Estado do Paraná e que se encontra de posse daquele Município de Inácio Martins, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do projeto.

PROJETO DE LEI Nº 518/96

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar nas Escolas da Rede Pública Estadual o Gabinete de Orientação Vocacional.

Parágrafo Único - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias a partir da sua publicação.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.11.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A criação do Gabinete de Orientação Vocacional que aqui apresentamos, visa orientar os alunos para exercerem uma profissão de acordo com suas habilidades específicas e de suas potencialidades vocacionais.

Através destes Gabinetes em cada escola irá se diminuir os índices de evasão escolar e irá se melhorar a qualificação nas Universidades. Pois, os jovens com ensino profissionalizante em nível de Escola Técnica estão plenamente satisfeitos; assim como, a maioria dos melhores acadêmicos universitários cursarem ensino profissionalizante no 2º Grau.

Os alunos geralmente encontram-se indecisos quanto as suas carreiras profissionais futuras. Muitas vezes, isso se dá pela total desinformação, não apenas, das áreas do mercado de trabalho, como por ignorarem completamente as suas aptidões físicas e mentais; ou se tem este ínfimo conhecimento não sabem como desenvolvê-lo. Gerando, assim, por essas condições, futuros profissionais desgostosos da escolha que fizeram da profissão.

A idéia contida nesta proposição beneficiará igualmente a Sociedade, já que disporá ela futuramente de pessoas capazes dentro de suas profissões (conscientemente escolhidas) e satisfeitas intrinsecamente em servir a ela. É sabido por todos que o Ser Humano, somente se realiza por completo, fazendo aquilo que gosta. O profissional capaz que está contente dentro de sua área de trabalho, renderá benefícios, não apenas para si mesmo, como para aqueles a quem presta seus serviços.

PROJETO DE LEI Nº 519/96

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradias de Porto Seguro, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.11.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradias de Porto Seguro foi fundada em 17 de setembro de 1989, com a finalidade de proporcionar melhores condições sociais, econômicas, sanitárias e assistenciais aos seus associados, procurando com isso promover o desenvolvimento da vida comunitária do bairro e região.

Entendendo que o trabalho feito pela Associação é elogiável e feito sem nenhuma finalidade lucrativa, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 520/96

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominada de "Padre Felipe Sierra Ruiz" a rodovia PR-364, no trecho entre os Municípios de Nova Aurora e Assis Chateaubriand.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.11.96.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Nascido em Jerez, na Espanha, Felipe Ruiz chegou ao Brasil com apenas 4 anos de idade, em 1926. Iniciou sua carreira no sacerdócio em Santa Catarina, na Congregação dos Missionários da Consolata, em 1940, e depois de ordenado Diácono, em dezembro de 1951 recebeu a Ordenação Sacerdotal.

Depois de espalhar seu trabalho por boa parte do Brasil, Padre Felipe radicou-se no Oeste do Paraná. Neste pedaço do Estado, o pároco, além do trabalho religioso, revelou-se um elemento de importância enorme para o desenvolvimento da região, pois trabalhou incessantemente para que o progresso chegasse rapidamente naquele local então inóspito e em processo de desbravamento, quando tudo era ainda distante e difícil. Muitas das obras canalizadas para a região Oeste devem ser creditadas ao trabalho e à perseverança do Padre Felipe Sierra Ruiz, um abnegado que, nas vestes sacerdotais, teve uma visão de futuro muito grande.

A homenagem que se presta ao Padre Felipe, denominando a rodovia PR-364 no trecho mencionado, é o reconhecimento que o Estado presta a um homem da Igreja Católica que ao mesmo tempo foi um desbravador de uma das mais ricas regiões do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Assembléia Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 387/96 de autoria do Deputado Marquinhos Alves que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres Branca da Mota Fernandes, do Colégio Estadual Branca da Mota Fernan-

des, com sede e foro na Cidade de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 480/96 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi que declara de Utilidade Pública a GUARDA MIRIM - Escola de Iniciação Profissional para Adolescentes - E.J.P.A., com sede e foro no Município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 480/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a GUARDA MIRIM - Escola de Iniciação Profissional para Adolescentes - E.J.P.A., com sede e foro no Município de Dois Vizinhos, Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.10.96.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

A GUARDA MIRIM - Escola de Iniciação Profissional para Adolescentes - E.J.P.A., tem como principal objetivo atender adolescentes, na faixa etária de 12 a 18 anos, de ambos os sexos, comprovadamente desprovidos de recursos.

Terá também como atribuição, o desenvolvimento de programas abrangendo: educação, saúde, recreação, esporte, cultura, lazer, profissionalização, civismo e religião.

Essa Escola, dará prioridade à conscientização da comunidade duovizinhense para a questão social do adolescente, através de sua efetiva participação na análise das causas do mesmo, e na busca de meios que lhe possibilite o direito a uma cidadania digna.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 480/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a GUARDA MIRIM - Escola de Iniciação Profissional para Adolescentes - E.J.P.A., com sede e foro no Município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.

Analisando a matéria sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 19.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 483/96, de autoria do Deputado Anibal Khury que declara de Utilidade Pública a Associação Lar Esperança, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 163, de 04.11.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 483/96

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do Ilustre Deputado Anibal Khury, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação Lar Esperança, com sede nesta Capital.

A matéria atende ao disposto na Lei nº 6.994 de 10 de janeiro de 1978, inexistindo qualquer óbice de natureza constitucional, legal ou regimental ao seu tramite nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos nosso parecer Favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 491/96 de autoria da Deputada Irondi Pugliesi que declara de Utilidade Pública Estadual a União das Associações de Moradores do Município de Arapongas - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 165, de 06.11.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 491/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Irondi Pugliesi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a União das Associações de Moradores do Município de Arapongas - PR.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta comissão nada encontrou que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 19.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 496/96 de autoria do Deputado Anibal Khury que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Doutor Ulisses, veículos e equipamentos que especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 167, de 11.11.96).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 496/96

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Doutor Ulisses, veículos e equipamentos que especifica.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, nada encontramos que pudesse impedir sua normal tramitação por esta Casa.

Sendo assim, nosso parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 19.11.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sobre a mesa, Requerimento nº 1509, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1510 a 1514, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1498 e 1499, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1500 e 1501, de autoria do Sr. Deputado Sâmis da Silva, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1502, de autoria dos Srs. Deputados Walmor Trentini e Nelson Tureck, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1503, de autoria do Sr. Deputado Calto Quintana, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1504, de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1506 a 1508, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1516, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 262/96.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 480, 483, 491 e 496/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 188, 434, 442 e 486/96.

Levanta-se a sessão.